



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	-5. OUT. 1979	DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

A CRÓNICA DE JOSÉ RABAÇA

Quatro temas antipáticos

Primeiro

Aquando da indigitação da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo escrevi, nestas mesmas colunas, qualquer coisa como isto: «Curioso País este, que, nas vésperas de vir a ter o Governo mais conservador de todos os que saíram de Abril, tem uma classe política, dita de esquerda, que aplaude, e uma classe política, dita de direita, que assobia.» («DN», 25/7/79.)

Pois aí está: o Partido Comunista, onde, como se sabe, a autocritica é seu altar, já veio dar a mão à palmatória, esclarecendo que o Governo Pintasilgo, na prática, é, pelo menos, tão «reaccionário» como o foi o de Mota Pinto.

A ninguém, minimamente consciente da realidade que é o País em que vivemos, deve ter surpreendido a lamentável ocorrência de Montemor. Admitamos, em gesto de boa vontade, que as mortes verificadas excederam as previsões. Mas que a violência foi planificada e a agitação está nos propósitos de quem a desencadeia e se vai estender por algum tempo, disso ninguém tenha dúvidas.

Acreditar em coincidências acidentais pode corresponder a um processo fácil, mas de todo inconveniente à avaliação de certas condutas. Não foram, portanto, coincidência de acaso os tumultos de Montemor e de Santa Iria.

Foi, antes, a montagem nos locais adequados — reforma agrária e cintura industrial — da operação indispensável à demarcação, pelo Partido Comunista, do Governo Pintasilgo, tornada necessária à condução da campanha eleitoral que se aproxima.

Alguém pode imaginar, com efeito, que qualquer partido se lance para os comícios e para os vibrantes apelos com que se vai massacrar o Povo Português, na solidariedade com um Governo que não teve outra alternativa que não fosse a do aumento dos preços em artigos básicos, despoletando, em cadeia, a mais impopular consequência que se resume no agravamento do custo da vida?

O pretexto de que o Partido Comunista necessitava para essa dessolidarização já foi encontrado, não se fala mais nisso, pois a primeiro-ministro até foi ao ponto de ter optado pela viagem às Nações Unidas quando, obviamente, lhe competia ir ao enterro dos mortos!

De positivo talvez resulte, para a senhora engenheira, a aprendizagem do que são certas adesões.

E esta adesão surgiu, de facto, no momento em que era conveniente, apenas para derrubar, definitivamente, o Governo anterior, que ameaçava prolongar o seu exercício caso se não verificasse o voto favorável e... oportuno.

Acontece, porém, que estas surpresas só o são para quem não desfruta de uma experiência anterior, em que os comportamentos do PC se pautaram pelo mesmo sentido de traição democrática que, naturalmente, não tem nada que ver, antes pelo contrário, com uma traição ideológica.

Mas adivinha-se, para quem faz do culto de um certo humanismo, ainda que lírico, um objectivo e uma missão o desencanto implícito neste tipo de aprendizagem.

Desencanto que será tanto maior quanto mais se revelem à senhora engenheira os verdadeiros propósitos dos que dela se aproximaram com objectivos que verifica, agora, não se identificarem com os seus.

Nem tudo são rosas, no exercício do Poder...

E não se surpreenda a senhora engenheira se um dia destes vir o seu Governo catalogado em certa Imprensa, nos papéis dos comunicados, nos telexes de protesto e nos telegramas de repúdio, como Governo PSD/CDS/Lurdes Pintasilgo, que, para o fazerem, ninguém lhe vai pedir licença.

E se do Partido Socialista não vai contar, daqui para o futuro, com simpática, digamos, receptividade, também é provável que dele não venha a ser alvo de agressões primárias. O que traduzirá, acima de tudo, o comportamento civilizado de quem, na política como na vida, sempre tem dado lições a que não é alheio o respeito pela dignidade humana, e se chama Mário Soares.

É óbvio que a Aliança Democrática vai continuar a insistir na identificação do actual Governo com o PS e com o PCP, na esperança de cobrar os respectivos dividendos, a 2 de Dezembro. Até é natural que assim aconteça, dada a falta de imaginação e de prática eleitoral que caracteriza a classe política de um País ainda viciado de processos que não primavam nem pela elegância nem pela seriedade.

Tudo isto se revela, porém, de importância marginal, uma vez que ninguém aspira, agora, a derrubar o Governo, pelas complicações que derivariam de tal acontecimento.

Todos se resumem a afirmar que com ele nada têm, o que não deixa, ainda assim, de caracterizar, pelo ridículo, a situação da Democracia portuguesa.

Devemos, de facto, constituir o único país do Mundo que, não vivendo em ditadura, é governado, afinal, por quem nem ao menos uma minúscula minoria representa.

Enfim, coisas só nossas.

Segundo

Como são coisas só nossas isto de, logo após o 25 de Abril, termos aspirado ao regresso de todos os emigrantes em simultâneo com um projecto de descolonização; de termos anunciado a elevação do nível de vida para as classes mais desfavorecidas ao mesmo tempo que se libertavam essas mesmas classes, e as restantes, de um esforço de recuperação, só viável pelo aumento de produtividade; de termos desme-

recido das reservas ouro, na mais demagógica interpretação de tal realidade, uma vez que o que seria de lamentar é que elas não existissem, depois dos sacrifícios implícitos na sua acumulação; e de outras coisas, do género, que transformaram numa festa o que antes deveria ter sido uma mobilização.

Infantilidades, em suma, de que se destaca a convicção criada de ter sido possível, fora de um regime democrático, o aparecimento milagroso de um espírito cívico vocacionado para a vida democrática.

E o que se vê, passados que vão cinco anos.

Ao nível dos trabalhadores rurais, por exemplo, quando, a par da justificadíssima elevação salarial, que os contemplou, se verifica a insistência reivindicativa de incorporar, na remuneração, o litro, ou mesmo dois, de vinho, com que o dr. Salazar temporizava, anteriormente, na certeza dramática de que a miséria se harmonizava com o álcool.

Ao nível do funcionalismo público, também, por exemplo, quando, passado o tempo dos vencimentos de vergonha, ainda ninguém deu conta de que tenham os senhores funcionários exigido o estatuto de cidadão comum, obrigado, naturalmente, a pagamento de impostos. O dr. Salazar também lhes tinha concedido tal humilhante benesse, e a avaliar pelo que se vê, o mito das conquistas irreversíveis não se limita às democráticas.

O que se aposta, porém, é que nenhum partido vai ousar programar o pagamento de imposto profissional e complementar pelos senhores funcionários.

E que são muitos, parece que cerca de quatrocentos mil.

Todos com direito a voto.

Mas, o civismo, não terá nada que ver com isso?

Terceiro

Não foi a senhora Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo a primeira voz autorizada a definir o capitalismo português como incipiente, degradado ou mesmo abortado, tanto faz.

Antes de Abril de 1974, já a ele se referia, em termos idênticos, por exemplo, o eng.º Rogério Martins, com a autoridade, para além do mais, de bem o conhecer por dentro.

A dificuldade que o sector privado tem demonstrado em adaptar-se a uma economia inflacionista é bem a prova desse anquilozamento mental, no desprezo pelo factor tempo entre a aceitação passiva da elevação dos custos e a sua repercussão nos preços.

E o mais grave é que, a uma bovina adesão às determinações onde adivinha o dedo estatal, opõe a mais irracional relutância perante paralelas atitudes do sector capitalista, em que se integra, mesmo quando os agravamentos são, apenas, o reflexo de medidas originadas na área nacionalizada.

E o caso, por exemplo, da aceitação sem reacção das cotações de combustíveis e energia, com a transferência do mau humor para quem forneça um produto influenciado por tais factores, e que são todos, como é evidente.

Nesta confusão em que o País caiu, o predomínio do populismo verbal sobre a racionalidade mais linear continua a permitir que toda a demagogia primária faça do modo de vida de cada um uma actividade em que o «custo social» é indiscutível, quer se trate de teatro, que ninguém vê, ou de produzir pastilhas elásticas, que contribuem para a descontração do... Povo.

A verdade, porém, é que vivemos num mundo de enganos, e sem coragem para a denúncia dos equívocos.

A verdade é que actividades que se justifiquem de permanência deficitária devem ser bem poucas, e nem sequer nelas vemos incluída uma das que mais facilmente se compreenderia que o fosse, devidamente ajustada uma política de saúde — a farmacêutica.

E não acreditamos que qualquer partido, nas promessas que nos vai fazer, dentro de dias, nos assegure que, se chegar a ser Governo, se encarregará de encerrar tudo o que não tem sido mais que um sorvedouro de dinheiro em actividades de duvidoso interesse, com gestões de estatal responsabilidade; nem que assuma a frontalidade de afirmar que a função da iniciativa privada é ganhar dinheiro, mas quanto mais, melhor, na certeza de que serão esses lucros que permitirão, não só o desenvolvimento urgente, mas, ainda, as receitas fiscais de que carece para sobreviver.

Mas parece que traduzir em lucro o resultado de uma gestão privada continua a ser um insulto de grandeza semelhante ao que corresponderia à auto-suficiência das explorações monopólicas do Estado.

Curioso País este, onde se instalou, afinal, a convicção de que nascemos para sermos alimentados pelos outros.

O que não é, com certeza, a convicção dos mesmos outros.

Quarto

No fundo, no fundo, o que a maior parte queria é que o Presidente da República fosse o Salazar de cada um.

Salazar de cada um, quer dizer, um senhor que, por ser Presidente da República, dispusesse e usasse do Poder, arbitrariamente, na satisfação dos anseios isolados.

O Presidente da República seria, para a extrema-direita ou para a esquerda não democrática, o melhor Presidente da República se, numa manhã em que acordasse mal disposto, dissolvesse a Assembleia, proi-

(Continua na 6.ª página)

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefs. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	-5. OUT 1979	DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

A CRÓNICA DE JOSÉ RABAÇA

Quatro temas antipáticos

(Continuado da 3.ª página)

bisse os partidos e declarasse instituída uma ditadura, que, naturalmente, deveria ser de direita para os primeiros e de esquerda para os segundos.

O Presidente da República continuaria a ser o melhor do mundo, para todos os partidos vencidos, se, depois das eleições, viesse declarar que a Assembleia eleita já não representava a vontade popular, porque, entretanto, choveu no fim-de-semana, não empossasse o partido vencedor, e marcasse nova data para o mesmo fim.

O Presidente da República seria o mais exemplar dos Presidentes se, traíndo a Constituição que jurou cumprir, se substituisse aos que a fizeram não prevendo nela o referendo, e a mandasse referendar.

O Presidente da República seria o Presidente desejado, por cada grupo, se assumisse, isoladamente, a concretização dos desejos desse mesmo grupo, evitando aos seus componentes as incomodidades de uma

participação com riscos na sua defesa. Se fosse, enfim, o Salazar de cada um.

Só que o não é.

Só que o não quer ser.

Basta-lhe cumprir com as regras que a maioria esmagadora do eleitorado português elaborou, quando votou a Assembleia Constituinte.

Não há ninguém, neste País, que goste menos da Constituição que temos do que eu.

Só que ela é a Constituição que merecemos.

E, se queremos uma melhor, é a nós que compete lutar por ela, com as únicas armas legítimas da Democracia: os votos.

Votos que, para o efeito, devem ser dados a quem nos proponha o que, na matéria, desejamos.

Para, depois, na Presidência da República, assegurarmos a presença de quem a cumpra.

Como acontece, no presente.
Felizmente.